**4CCHLADLVPXT01-P**

**A PROPOSTA DE LEITURA AUTÔNOMA DO PROGRAMA LIVRO EM RODA: DO CONHECIMENTO DE MUNDO AO DOS LIVROS**

Aline Cunha de Andrade(1); Ariela Fernandes Sales(1); Maria do Socorro da Silva Medeiros(1); Rita de Cássia dos Anjos Santos (1); Prof. Dra. Maria Ester Vieira de Sousa(3)

Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes/DLVP/PROEXT

**RESUMO**

O presente trabalho intenta apresentar o programa de extensão **Saberes e sabores: lendo histórias e formando leitores** que tem como público alvo crianças e adolescentes de escolas do campo do município de Conde PB. O objetivo principal desse programa é, em parceria com a Associação Educativa Livro em Roda, desenvolver atividades de leitura e de escrita e de empréstimos de livro da Literatura Infantil e Juvenil para cerca de 2.750 alunos das referidas escolas. Especificamente, objetivamos discutir a perspectiva teórica sobre leitura que embasa esse programa. Defendemos que a leitura é uma prática que se constrói desde a mais tenra idade, a partir de um contato permanente com textos que, num primeiro momento, despertem o prazer pela leitura/escrita. Acreditamos que a escola, em geral lugar da leitura/escrita por obrigação, pode ser transformada num ambiente de leitura/escrita prazerosa, lúdica e, despretensiosamente, formativa e esse compromisso pode ser viabilizado pelo acesso à literatura. Para tal reflexão, utilizaremos aqui as idéias, principalmente, de Pennac (2008) sobre o prazer inerente à leitura, Sousa (2007) com os dizeres sobre a leitura no projeto Livro em Roda e Lajolo (2001) sobre o processo dual entre leitores e leitura.

**Palavras-Chave:** Leitura, crianças e adolescentes, literatura infantil e juvenil, ensino fundamental.

**INTRODUÇÃO**

O Programa de Extensão **Saberes e sabores: lendo histórias e formando leitores** foi formulado para atuar juntamente com a Associação Educativa Livro em Roda (AELER), entidade criada desde 1996 e com atuação direta em todas as escolas da área rural do município de Conde PB. Essa Associação ganhou notoriedade pelo desenvolvimento de um trabalho cujo foco é promoção de leitura e de acesso ao livro. Tendo em vista a intrínseca relação entre o nosso programa de extensão e o projeto dessa associação, julgamos necessário iniciar situando essa atuação.

A iniciativa da AELER teve como "problema" motivador, conforme consta de seus documentos ofciais, o fato de as crianças estudantes da rede municipal (escolas rurais) do Conde apresentarem baixo rendimento escolar, alto índice de repetência e baixíssimo nível de leitura. Neste contexto, observou-se que a leitura, além de limitada ao interior da escola, era completamente dissociada do cotidiano das crianças e da comunidade. Constatou-se também a inexistência de bibliotecas nas escolas e que o processo de alfabetização era restrito apenas aos livros didáticos.

Como forma de contribuir para a superação dessas dificuldades, em fevereiro de 1997, iniciou-se o **"Programa de Leitura Livro em Roda"**, que consiste em despertar o prazer pela leitura e ajudar a desvinculá-la da condição de apenas atividade escolar, oferecendo às crianças livros para que elas, no seu ritmo e partindo do seu gosto, continuem depois da escola sendo cidadãs leitoras. Nesse sentido, o programa criou a figura do promotor de leitura, uma pessoa encarregada de semanalmente visitar todas as escolas, ler para as crianças e emprestar livros com os quais as crianças ficam por uma semana. Atualmente, a AELER atende a cerca de 2.750 alunos, distribuídos em 22 (vinte e duas) escolas e 3 (três) creches da área rural de Conde-PB[[1]](#footnote-1).

Ao longo de mais de duas décadas de atuação, a AELER tem procurado construir um saber sobre o ensino e a aprendizagem da leitura, contanto, para tanto, além de suas experiências diárias com a participação de professoras dos Cursos de Licenciatura em Letras e de Pedagogia, ambos da UFPB. Dessa parceria antiga entre professores da UFPB e AELER, nasceu o programa de Extensão **Saberes e sabores: lendo histórias e formando leitores** que procura agregar forças à instituição, com a presença de 10 (dez) bolsistas que diariamente acompanham os promotores de leitura, distribuídos em diferentes escolas da zona rural do município de Conde-PB. O projeto alcança desde crianças na primeira fase do ensino fundamental I até adolescentes que compõem o quadro de projetos sociais, financiados pelo governo Federal, a exemplo do Pró-Jovem.

Além de contribuir como disseminadores de leitura, os bolsistas também desempenham outras atividades junto à Instituição. Dentre elas, destacamos: o conserto de livros; a atualização das redes sociais, com a produção de textos de divulgação das atividades do projeto de extensão e da AELER; a participação direta na organização de eventos de leitura, a exemplo do **III Seminário de Leitura Era uma vez e é ainda**, promovido pela AELER; o planejamento e a realização de atividades de incentivo à escrita.

Dados relativos à qualidade do ensino público do país dão conta de que na área da leitura ainda temos muito o que fazer. Resultados de avaliações nacionais – a exemplo da Prova Brasil e do ENEM – e internacionais – a exemplo dos últimos relatórios do Programa Internacional de Avaliação de alunos (PISA) que aqui no Brasil é coordenado pelo INEP – demonstram o baixo desempenho dos alunos em leitura.

Para referenciar apenas um dado, temos que, na edição do PISA 2006, os 9.295 alunos brasileiros avaliados ficaram no 49o lugar no total de 57 países que participaram da avaliação. Dentre os 5 níveis de proficiência em leitura determinados por esse sistema de avaliação, ficamos no nível 1, que corresponde às habilidades mais básicas em leitura, como, por exemplo, identificação de uma informação explicitamente apresentada no texto.

Ainda recorrendo às estatísticas, verificamos que a situação da qualidade do ensino público se agrava mais na região Nordeste. Dados do IDEB de 2008 revelam que, de cada dez municípios incluídos dentre aqueles que apresentam os piores indicadores nas primeiras séries do ensino fundamental, oito estão no Nordeste. A Paraíba é o segundo estado nordestino com maior quantidade de municípios com piores indicadores (108 municípios).

 Através de todos esses dados, pode-se perceber a urgência de um trabalho que não apenas seja capaz de melhorar os índices quantitativos de leitura no país, como também de contribuir de forma consistente para o letramento do aluno mediado pela literatura. É preciso dizer, inicialmente, que ação de leitura que propomos integra-se a um cenário em que essa leitura já existe, demonstrando, ao mesmo tempo, que é possível reverter as estatísticas e fazer diferente no universo escolar. Seguindo essas trilhas de práticas de leitura, esse programa de extensão tem como objetivo geral contribuir para a formação de leitores que sejam não apenas competentes, mas que tenham prazer em ler e que reconheçam na leitura um modo de acesso à cultura e à cidadania. Por isso, julgamos necessário discutir a perspectiva teórica que informa o nosso trabalho com a leitura

 O PROCESSO DE AUTONOMIA DA LEITURA

 Falar sobre um projeto que tenha como foco a leitura de crianças e adolescentes requer antes uma reflexão sobre o ato da leitura, os sujeitos envolvidos nesse processo e as questões que se ligam também ao conceito de literatura – destacando quem o valida como tal. Seguindo a sequência apresentada, algumas considerações devem ser feitas de modo a elucidar as questões precedentes.

 Para Certeau (1994), o ato de ler, longe de demonstrar uma imagem passiva do leitor-consumidor, revela uma atividade de apropriação dos sentidos. Sendo assim, o sujeito-leitor escapa silenciosamente da conformação a que a sociedade – através de rituais próprios das instituições sociais, a exemplo da escola – submete-o, (re) inventando o cotidiano, a partir de táticas de resistência, de astúcias anônimas que caracterizam as artes de fazer. Nas palavras de Certeau, “[...] o texto só tem sentido graças a seus leitores; muda com ele; ordena-se conforme códigos de percepção que lhe escapa” (CERTEAU, 1994, p. 266) e que, ao mesmo tempo, taticamente subverte.

Essa compreensão de leitura como prática social, cultural e historicamente determinada embasa a nossa perspectiva sobre o ensino e a aprendizagem da leitura. Essa concepção fundamenta a nossa compreensão do leitor como um sujeito ativo e legitima a importância que damos aos leitores e a seus discursos. Ouvir os leitores significa, nessa perspectiva, fazer ressoar suas práticas leitoras, as suas histórias de leitores. Dessa forma, é a compreensão de linguagem como atividade constitutiva do sujeito e de leitura como prática discursiva e social, desenvolvida por sujeitos que não são meros reprodutores de uma ordem instituída, que sustenta a nossa prática enquanto professor que tem o compromisso com a formação de leitores.

O processo de leitura é, pois, aquele que coloca seus leitores enquanto sujeitos ativos, responsáveis por dar completude ao sentido, em uma via dupla entre o autor e o leitor. Entender, então, que não se trata de um ato passivo ou muito menos de um estímulo-resposta, como propõem as teorias tradicionais que se interessam apenas em transmitir uma ideologia (SILVA, 1999), é o primeiro passo para entender o indivíduo enquanto sujeito, mediado pelo processo de construção crítica através da leitura.

Sobre a construção do sentido mencionado acima há ainda que contextualizá-la de acordo com a realidade atual do ensino de leitura. Segundo Sousa (2007), o ensino de leitura tem se pautado em assertivas de um discurso positivista que delega à leitura tanto a “salvação” dos “incultos” e “desinformados” como também a inextricável relação que dela se faz com o clássico cânone que precisa ser lido, para que se possa chegar a um patamar mais intelectualizado.

A autora citada, em seu artigo, tem a pretensão de desconstruir essa postura predominantemente estruturalista – que como sugere a nomenclatura, se volta mais para aspectos estruturais, em detrimento às discussões crítico-interpretativas – que é justamente a desconstrução que a AELER busca propagar em seu projeto, conforme as palavras da autora:

[...] falarei de leitura e de leitores, mas gostaria, ainda que nas entrelinhas, de inserir-me ao lado dos que advogam a dessacralização da técnica e dos “técnicos” da leitura, sem desconhecer a “tecnologia” da escrita e dos sujeitos da leitura [...] na contramão da perspectiva da leitura obrigatória, esse projeto pretende despertar o prazer pela leitura, proporcionando e facilitando o acesso de leitores aos livros e desenvolvendo atividades de contação de histórias nas escolas visitadas. (SOUSA, 2007, p. 90)

 Como se pode perceber é exatamente a proposta de leitura não-obrigatória e também do empréstimo de livros que não pretende ditar apenas uma maneira de ler nem esperar resultados meramente quantitativos dessa leitura que possibilita o posicionamento do leitor enquanto sujeito ativo no processo de construção de sentido. O mais importante é que isto ocorre justo no período de formação crítica da criança em que esta vai, a partir do seu conhecimento de mundo, mergulhar nas subjetividades apresentadas nos livros infantis.

 Acerca deste tipo de leitura, Daniel Pennac em seu livro *Como um romance* (2008) também trata, em pormenores, de questões ligadas ao hábito da leitura, ao prazer que é inerente a esta atividade quando o sujeito se constitui enquanto “alquimista” dos livros, como também sobre os dogmas que permeiam o âmbito da Literatura os quais afirmam a necessidade de se ler.

 Em linhas gerais, Pennac defende que o prazer da leitura por parte da maioria dos sujeitos que se inserem no abstrato caminho da leitura ainda quando crianças se dá apenas quando esta não é feita por imposição, uma vez que a falta de motivação para a mesma atividade ocorre quando o ato de ler conota algo obrigatório, não mais ligado, apenas, ao entretenimento e ao prazer do mesmo leitor. Além disso, o autor discorre sobre o direito de não necessariamente precisar ir aos clássicos: “O dever de educar consiste, no fundo, no ensinar as crianças a ler, iniciando-as na Literatura, fornecendo-lhes meios de julgar livremente se elas sentem ou não a ‘necessidade de livros’” (PENNAC, 2008, p. 130).

 Sobre a corrente menção do cânone literário, há algumas considerações a serem feitas. No livro *Literatura: leitores e leitura* (2001) de Marisa Lajolo, essa questão é tratada a partir da tríade que dá título ao livro com o intuito de também desconstruir a noção de que Literatura – com ele maiúsculo – é para poucos. Essa idéia é amplamente disseminada por grupos mais específicos ligados à formação do conceito de literatura, como coloca a autora: “Para que uma obra seja considerada parte integrante da tradição literária de uma dada comunidade ou tradição cultural, é necessário que ela tenha o endosso dos *canais competentes* aos quais compete a *literalização* de certos textos, isto é, a proclamação de um texto como *literatura* ou *não-literatura*.” (LAJOLO, 2001, p. 18).

A teoria da literatura sempre teve pretensões de responder à pergunta “O que é literatura?”, sem denotar, contudo, apenas uma resposta equivalente. O termo, na verdade, sempre esteve ligado às questões históricas e sociais, sendo continuamente pensado e elaborado por uma pequena parte da elite, os intelectuais. Eram eles que decidiam qual obra poderia ser tida como literatura – começando uma tradição crítica e acadêmica diferenciada do restante da população – responsáveis pela formação do chamado cânone literário (ZAPPONE & WIELEWICKI, 2009)

O fato de este conceito estar diretamente ligado à academia traz algumas restrições para o público de forma geral. Primeiramente, só se apropria desses conhecimentos específicos aqueles que estão em meio a esse ambiente acadêmico, de onde dissertações e teses são feitas acerca de certo livro, ou de seus personagens, por exemplo. Em decorrência disso, apenas quem lê ‘literatura’ são as pessoas que fazem parte dessa comunidade e que, portanto, precisam necessariamente direcionar suas leituras para os clássicos, sem, já a partir daí, apresentar autonomia na leitura.

Percebe-se, no entanto, que a questão da validação sobre o que se deve ler e quem deve ler não está apenas a cargo das Instituições acadêmicas, como logo se infere. Ela também carece do aval editorial para circular, de acordo com interesses principalmente mercadológicos. Assim, essa compreensão ratifica a assertiva de que a Literatura se volta para poucos, fato que a AELER tenta ser amenizada quando se propõe a promover o acesso de crianças de escolas publicas rurais ao livro.

Tornar a leitura uma prática mais democrática é concebido como objetivo principal deste projeto que intenta contribuir para a formação do leitor como um sujeito autônomo no mundo, parafraseando Paulo Freire, sem se fazer imprescindível a presença, por vezes omissa, de Instituições que tem o dever de realizar a mediação do mundo da leitura com o aluno.

Em poucas palavras, o que esse programa de extensão propõe, aliando à AELER, é uma viagem com e sem voltas: um programa de extensão que tem como foco a promoção da leitura do livro da Literatura Infantil e Juvenil e da escrita espontânea. Aliamos um saber sobre a leitura e a escrita, advindo das pesquisas sobre essa temática, mas, sem necessitar do endosso de tantas teorias, mergulhamos na vivacidade da prática.

**REFERÊNCIAS**

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores e leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

PENNAC, Daniel**. Como um romance**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SOUSA, Maria Ester Vieira de. O leitor e as escritas nas margens. *In*: ESPINDOLA, Lucienne e SOUSA, Maria Ester Vieira de. **O texto**: vários olhares. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

ZAPPONE, Mirian Hisae Yaegashi; WIELEWICKI, Vera Helena Gomes. Afinal, o que é literatura? In: BONNICI, Thomas e ZOLIN, Lúcia Osana. **Teoria literária**. Maringá: UEM, 2009.

1. A AELER também atua em escolas do Município de Assunção-PB, desenvolvendo esse mesmo trabalho de promoção de leitura e acesso aos livros. [↑](#footnote-ref-1)